



ESPÍRITO SANTO TEM A MENOR TAXA DE DESOCUPAÇÃO DO SUDESTE E QUARTA MENOR DO PAÍS NO 1º TRIMESTRE DE 2025

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua/IBGE) referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2025, divulgados em 16 de maio, apontaram que a taxa de desocupação no Espírito Santo foi de 4,0%, permanecendo estável em comparação com o trimestre anterior.

DESOCUPAÇÃO

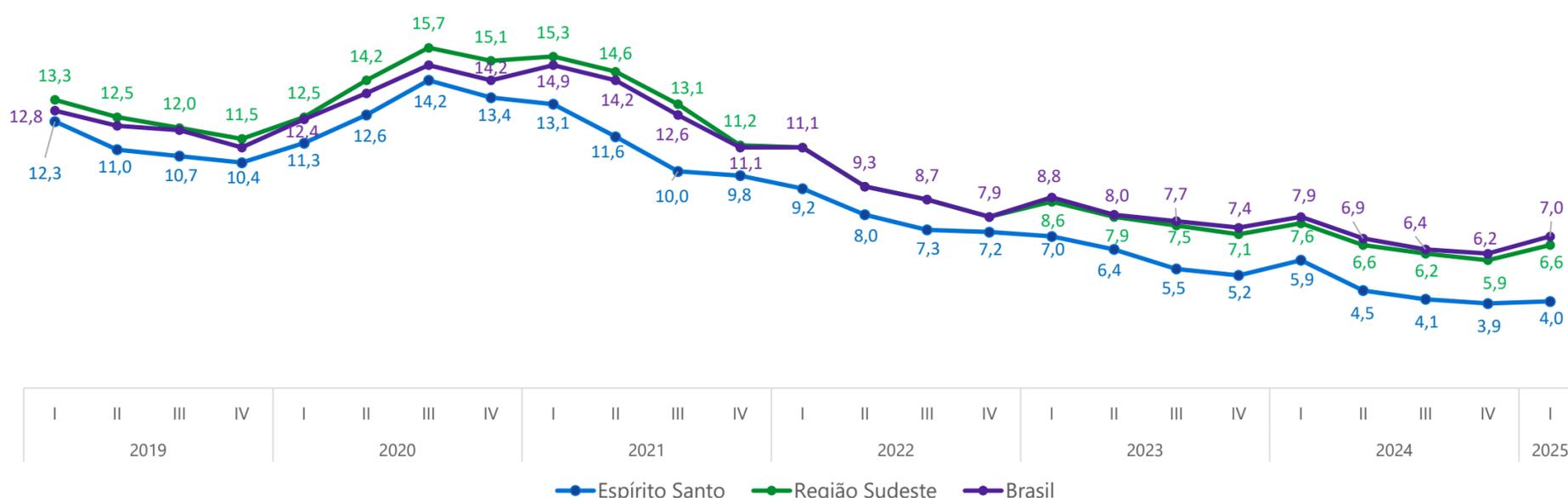
No primeiro trimestre de 2025, a taxa de desocupação no Espírito Santo, de 4,0%, ficou abaixo da média nacional registrada no mesmo período, que foi de 7,0%. O indicador, que mede a proporção de pessoas em idade ativa que não trabalham e estão em busca de emprego, recuou 1,9 ponto percentual (p.p.) em relação ao primeiro trimestre de 2024, quando era de 5,9%. Já na comparação com o quarto trimestre de 2024 (3,9%), a pequena variação de 0,1 p.p indica estabilidade estatística do indicador, interrompendo a sequência de quedas registradas nos

três trimestres anteriores.

Mesmo com a taxa estável, o Espírito Santo manteve, pelo segundo trimestre consecutivo, a menor taxa de desocupação da região Sudeste e a quarta menor entre todos os estados do país. As menores taxas do país foram observadas em Santa Catarina (3,0%), Rondônia (3,1%) e Mato Grosso (3,5%). Em contraste, os maiores índices de desocupação foram registrados em Pernambuco (11,6%), Bahia (10,9%) e Piauí (10,2%), sinalizando desigualdades regionais no acesso ao trabalho.

Em termos absolutos, a população capixaba desocupada foi estimada em cerca de 85 mil pessoas no primeiro trimestre do ano. Esse contingente permaneceu estável frente ao trimestre imediatamente anterior, mas representa uma expressiva redução de 34,2% na comparação com o mesmo período de 2024, quando aproximadamente 129 mil pessoas estavam sem ocupação no estado.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de desocupação (%) - Espírito Santo, Região Sudeste e Brasil



Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE. Elaboração: Observatório Findes.



PNAD-C

Publicação Observatório da Indústria | Número 54 - Maio de 2025

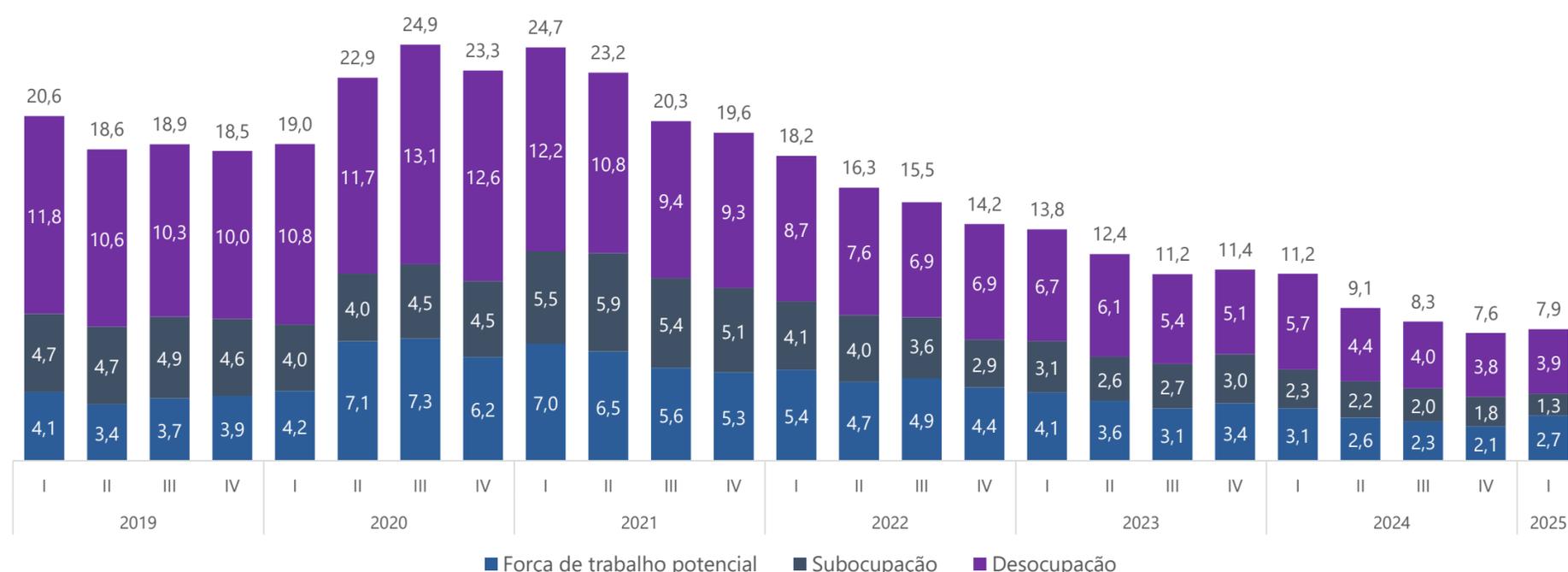
Além da taxa de desocupação, é importante observar também a taxa composta de subutilização da força de trabalho, indicador que capta, de forma mais ampla, o sub-aproveitamento da mão de obra — seja por desemprego, por trabalhar menos horas do que gostariam ou por desejarem trabalhar, mas não poderem procurar emprego por diferentes razões. Em outras palavras, a taxa de subutilização considera em seu cálculo, além dos desocupados, os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial, como pode ser observado no Gráfico 2.

Nesse sentido, a taxa de subutilização da força de trabalho no Espírito Santo foi de 7,9% no primeiro trimestre de 2025, registrando leve variação de 0,3 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2024. Ainda assim, o indicador mantém uma trajetória de melhora ao longo da série histórica, com recuo de 3,3 p.p. frente ao primeiro trimestre de 2024 (11,2%), evidenciando um maior aproveitamento da força de trabalho pelo mercado capixaba. Apesar dessa evolução, esse percentual ainda representa cerca de 174 mil pessoas subutilizadas no estado.

Mesmo que ainda existam trabalhadores subutilizados no estado, a taxa de subutilização no Espírito Santo permaneceu abaixo da média nacional (15,9%) e da média da região Sudeste (12,8%) no primeiro trimestre de 2025. No período, o estado registrou o segundo menor índice entre as unidades da federação, ficando atrás apenas de Santa Catarina (5,3%). No outro extremo, as maiores taxas do país foram observadas nos estados do Piauí (34%), Alagoas e Bahia (ambos com 27,5%).

Em relação aos componentes da taxa de subutilização, a proporção de pessoas subocupadas por insuficiência de horas na força de trabalho capixaba foi de 1,3% no primeiro trimestre de 2025, o equivalente a aproximadamente 29 mil pessoas. Esse contingente representa uma redução de 26,2% em comparação com o trimestre anterior e de 44,5% frente ao mesmo período de 2024. Por sua vez, a força de trabalho potencial — formada por pessoas que não estão ocupadas, mas têm possibilidade de ingressar no mercado — somou cerca de 60 mil pessoas no período, com queda de 15,6% em relação ao quarto trimestre de 2024 e alta de 31,6% na comparação interanual.

Gráfico 2 – Evolução da taxa composta de subutilização da força de trabalho (%) - Espírito Santo



Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE. Elaboração: Observatório Findes.



OCUPAÇÃO

No primeiro trimestre de 2025, o nível de ocupação, que corresponde à proporção de pessoas ocupadas em relação à população em idade ativa (PIA), incluindo aqueles que estavam subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, foi de 59,9% no Espírito Santo. Embora ligeiramente inferior, o indicador mantém-se estável em relação ao primeiro e ao último trimestres de 2024, que apresentaram níveis de ocupação de 60,4% e 60,7%, respectivamente. Ao observar especificamente a proporção de subocupados sobre a PIA, nota-se uma redução de 0,7 ponto percentual na comparação interanual.

Em termos absolutos, o número de pessoas ocupadas no estado foi estimado em cerca de 2,06 milhões, representando um aumento de 0,5% frente ao primeiro trimestre de 2024, o que equivale a 11 mil pessoas a mais inseridas no mercado de trabalho. Por outro lado, houve uma redução de 0,9% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Na comparação entre os primeiros trimestres de 2024 e 2025, o aumento do número de ocupados foi mais expressivo nos setores de outros serviços, com crescimento 18,4%, seguido por administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, que cresceram 7,2%. Também apresentaram variação positiva os setores de transporte, armazenagem e correio (4,2%) e indústria geral (3,4%). Em contrapartida, houve retração nos setores de serviços domésticos (-13,6%), alojamento e alimentação (-11,6%) e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-4,7%).

FORÇA DE TRABALHO

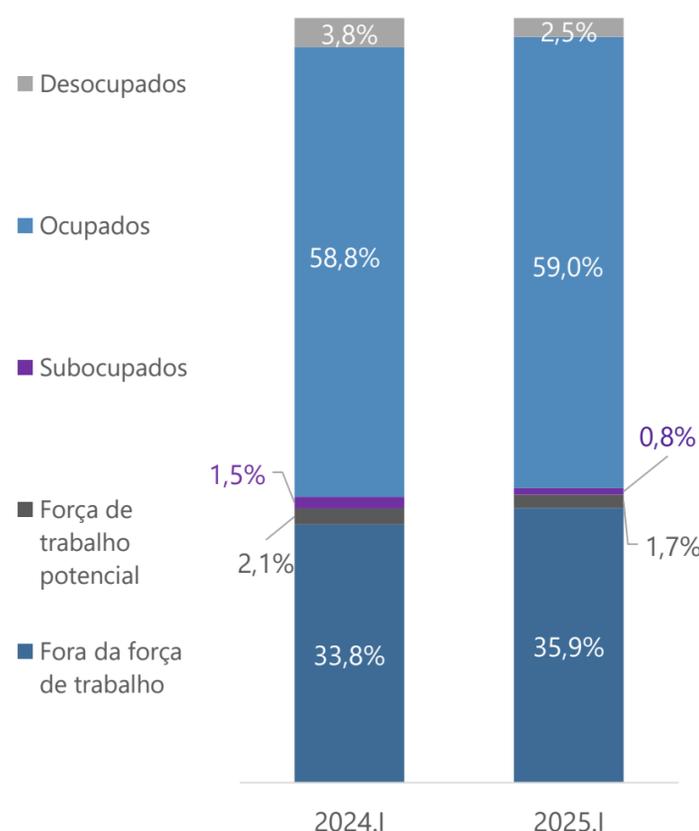
No primeiro trimestre de 2025, a força de trabalho no Espírito Santo, composta por pessoas ocupadas e desocupadas em

busca de emprego, somou 2,15 milhões, apresentando queda de 0,8% em relação ao mesmo período de 2024.

Por sua vez, a população fora da força de trabalho, ou seja, aquelas que não estavam nem trabalhando nem procurando emprego, totalizou 1,3 milhão de pessoas, número estável frente ao quarto trimestre de 2024. Já a força de trabalho potencial — que inclui desalentados e pessoas que gostariam de trabalhar, mas não buscaram ocupação — foi estimada em 60 mil pessoas no período.

No cenário nacional, a força de trabalho alcançou 110,2 milhões de pessoas, com aumento de 1,3% em relação ao primeiro trimestre de 2024. Paralelamente, a população fora da força foi de aproximadamente 67 milhões de pessoas no mesmo período, permanecendo estável na comparação interanual.

Gráfico 3 – Distribuição da população em idade ativa (%) no 1º trimestre de 2024 e 2025 – Espírito Santo



Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Observatório Findes.



PNAD-C

Publicação Observatório da Indústria | Número 54 - Maio de 2025

INFORMALIDADE

A taxa de informalidade, que indica a proporção de trabalhadores ocupados sem carteira assinada, sem CNPJ ou atuando por conta própria sem registro, chegou a 37,5% no Espírito Santo no primeiro trimestre de 2025. O resultado representa uma queda de 0,8 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2024 e 1,3 p.p. em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano, sinalizando uma melhora contínua na formalização das ocupações no estado.

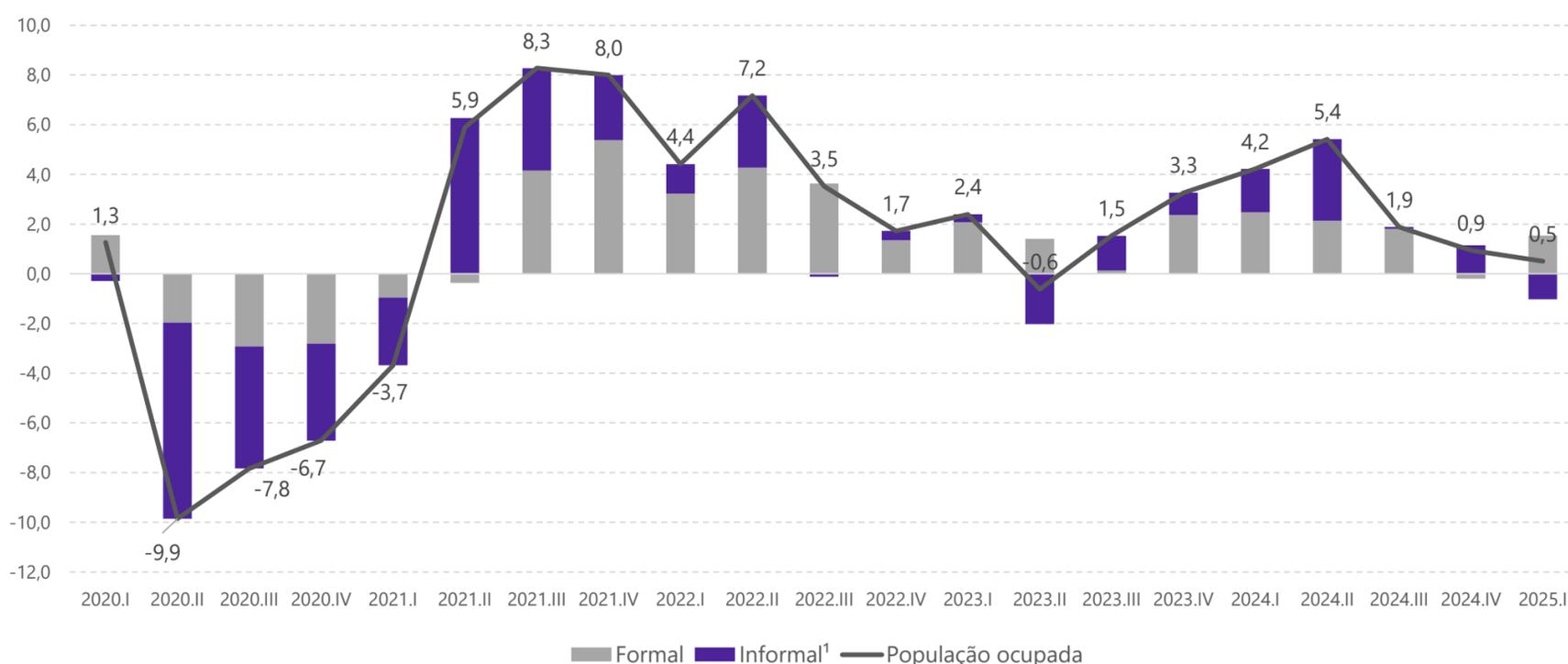
Além disso, esse indicador permaneceu próximo a média nacional, que foi de 38,0% no mesmo período, mas acima da média da região Sudeste (32,6%). Entre os estados brasileiros, as maiores taxas de informalidade foram observadas no Maranhão (58,4%), Pará (57,5%) e Piauí (54,6%), enquanto os menores índices foram registrados em Santa Catarina (25,3%), Distrito Federal (28,2%) e São Paulo (30,3%).

Sob a perspectiva setorial, observa-se que a agropecuária

(86,7%) e os serviços domésticos (73,7%) continuam registrando as maiores proporções de informalidade entre os trabalhadores ocupados em cada setor. Por outro lado, os menores níveis de informalidade foram verificados na administração pública, defesa e seguridade social, onde a participação de informais é praticamente inexistente, e nos setores de educação, saúde humana e serviços sociais (10,9%).

Em termos absolutos, a taxa de informalidade de 37,5% corresponde a aproximadamente 774,2 mil pessoas ocupadas no Espírito Santo no primeiro trimestre de 2025, em contraste com cerca de 1,2 milhão de trabalhadores formais no mesmo período. Ademais, ao decompor a taxa de crescimento interanual da população ocupada no estado, observa-se que o principal impulso veio variação positiva no número de trabalhadores formais, enquanto os trabalhadores informais exerceram influência negativa sobre esse resultado, conforme ilustrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Decomposição da variação interanual da população ocupada por situação da ocupação* (%) – Espírito Santo



* Consideram-se trabalhadores informais: trab. do setor privado sem carteira, trab. doméstico sem carteira, conta própria (sem CNPJ) e trab. familiar auxiliar.
Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE. Elaboração: Observatório Findes.



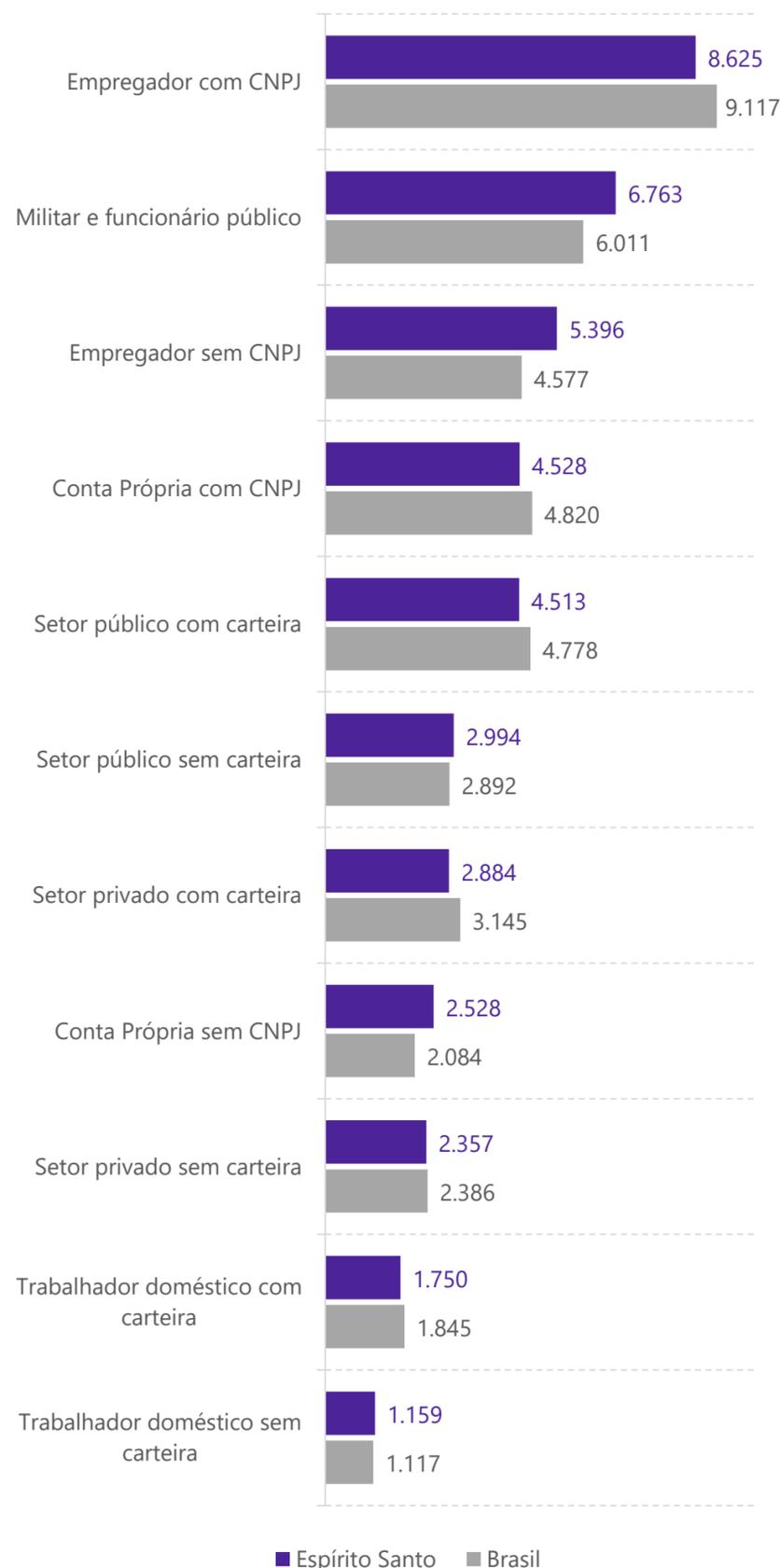
RENDIMENTO

No primeiro trimestre de 2025, o rendimento real médio de todos os trabalhos no Espírito Santo, que reflete a média das remunerações efetivamente recebidas pelos ocupados, descontada a inflação, foi de R\$ 3.441. Esse valor representa um crescimento de 4,9% em relação ao mesmo período de 2024 e manteve-se estável frente ao quarto trimestre de 2024. Além disso, o resultado superou a média nacional, que foi de R\$ 3.410 no mesmo período, embora esta tenha registrado um avanço interanual de 4%.

Já a massa de rendimento mensal real dos trabalhadores capixabas, que representa a soma dos rendimentos habituais de todas as pessoas ocupadas no estado, totalizou R\$ 6,98 bilhões no primeiro trimestre do ano, indicando um crescimento de 4,9% em relação ao mesmo período de 2024. Frente ao quarto trimestre de 2024, o avanço foi de 1,9%, mostrando um movimento contínuo de recuperação da renda do trabalho no Espírito Santo. No caso do Brasil, a massa salarial atingiu R\$ 345 bilhões no primeiro trimestre de 2025, representando um aumento de 6,6% quando comparado ao primeiro trimestre de 2024.

No que se refere ao rendimento real habitual médio recebido no trabalho principal, segundo a posição ocupada pelos trabalhadores, observa-se que, tanto no Espírito Santo quanto no Brasil, os menores valores foram registrados entre aqueles em ocupações informais. Nesse sentido, no estado, os maiores rendimentos médios foram observados entre os empregadores com CNPJ (R\$ 8.625) e os militares e funcionários públicos estatutários (R\$ 6.763). Por outro lado, os menores salários médios foram registrados entre os trabalhadores domésticos sem carteira assinada (R\$ 1.117) e aqueles com carteira assinada (R\$ 1.750). Uma tendência semelhante foi observada no cenário nacional, como mostrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Rendimento real médio habitualmente recebido no trabalho principal, por posição na ocupação e categoria de emprego (R\$) – Espírito Santo e Brasil



Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Observatório Findes.



GLOSSÁRIO

População em idade ativa: pessoas de 14 anos ou mais.

População ocupada: pessoas que trabalharam pelo menos uma hora ou que estavam temporariamente afastadas do trabalho na semana de referência da pesquisa.

População desocupada: pessoas que estavam sem trabalho e tomaram alguma providência para tentar consegui-lo no período de referência de 30 dias.

População na força de trabalho: pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência da pesquisa.

População desalentada: pessoas fora da força de trabalho na semana de referência, por não realizar busca efetiva por trabalho no período de 30 dias pelos motivos de não conseguirem trabalho adequado, ou não terem experiência profissional ou qualificação, ou não conseguirem trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos, ou por não haver trabalho na localidade.

População não desalentada: pessoas fora da força de trabalho na semana de referência, por não realizar busca efetiva por trabalho no período de 30 dias por não se encontrarem disponíveis para trabalhar.

População subocupada: pessoas ocupadas que trabalhavam menos de 40 horas e estavam disponíveis e gostariam de trabalhar mais horas que as habituais.

População na força de trabalho ampliada: pessoas ocupadas, desocupadas e na força de trabalho potencial (inclui desalentados e não desalentados).

Taxa de desocupação: é interpretada também como taxa de desemprego. É o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana.

Nível de ocupação: Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Taxa de participação na força de trabalho: Percentual de pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal: É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Rendimento médio real efetivamente recebido em todos os trabalhos: É o rendimento bruto real médio efetivamente recebido no mês de referência em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Massa de rendimentos reais efetivamente recebidos em todos os trabalhos: É a soma dos rendimentos brutos efetivamente recebidos no mês de referência por todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos que tinham na semana de referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Fonte: IBGE.